



## CARTA DE SALVADOR

Os magistrados representantes das associações estaduais reunidos na 4ª Reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), realizada na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), em Salvador, no dia 07 de novembro de 2014, debateram sobre a necessidade de valorizar a carreira da magistratura e melhorar a prestação jurisdicional.

Sendo assim, a Magistratura Estadual:

**REIVINDICA** a real valorização da carreira da magistratura com o urgente estabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a recomposição do subsídio;

**RECLAMA** a necessidade da democratização da administração do Poder Judiciário com a aprovação das Propostas de Emenda Constitucional (PECs) n.º 015/2012 e n.º 187/2012, em tramitação no Congresso Nacional, que estabelece as eleições diretas para a mesa diretora dos Tribunais com ampla participação dos juízes na escolha dos seus dirigentes. Reafirma, ainda, a viabilidade jurídica das propostas de alteração dos regimentos internos dos Tribunais visando implementar a efetiva democratização da administração judiciária;

**EXIGE** melhores condições de trabalho, com efetivos investimentos no 1º Grau, nos termos das Resoluções n.º 194 e 195 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como reforça a necessidade da imediata aprovação da proposta de Resolução que trata da distribuição equânime da força de trabalho entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição, possibilitando uma justiça mais célere e eficiente;

**REJEITA** a PEC da Bengala (PEC n.º 457/2005) que eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória no serviço público, impedindo a renovação na carreira e a maior mobilidade nos cargos públicos;

**REITERA** a disposição ao diálogo com os legítimos representantes dos Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) com a finalidade de construir soluções viáveis para os temas que afligem a magistratura nacional e toda a sociedade brasileira, fortalecendo o